

# UM ENSAIO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO RIO DE JANEIRO: A ESCOLA NORMAL LIVRE DO MUNICÍPIO DA CORTE (1874-1875)

Sonia de Castro Lopes

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*



## Resumo

O artigo resulta de uma pesquisa sobre formação de professores na cidade do Rio de Janeiro em fins do século 19. Tem como objetivo apresentar a Escola Normal Livre do Município da Corte, instituição particular fundada por iniciativa dos professores públicos da cidade do Rio de Janeiro, em 1874, com a subvenção do Estado Imperial. Para tanto, procedeu-se à análise de fontes documentais encontradas no Arquivo Nacional e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, além de publicações que discutiam questões relativas à formação e profissionalização do magistério do Município da Corte. Apesar da existência efêmera (1874-75), foi possível considerar essa escola como o marco inicial de um novo modelo de formação de professores primários na capital do Império.

Palavras-chave: formação de professores, escola normal, município da corte.

## AN EXPERIMENT OF TEACHER QUALIFICATION IN THE RIO DE JANEIRO: THE ESCOLA NORMAL LIVRE DO MUNICÍPIO DA CORTE (1874-1875)

## Abstract

This article results from an investigation into teacher qualification in the city of Rio de Janeiro towards the end of the 19th century and aims to discuss the Escola Normal Livre do Município da Corte (equivalent to Free Teacher Qualification School of the Brazilian Portuguese Court Capital City). This privately-held institution was established as a free enterprise of Rio de Janeiro public school teachers in 1874 with a grant in aid from the Imperial Court. In order to achieve the investigation aims, a document reference survey was conducted at the National Archives and the General Archive of the city of Rio de Janeiro, in addition to publications that discussed teacher qualification and training issues at the brazilian portuguese court capital city.

Key-words: Teacher qualification, teacher qualification school, the brazilian portuguese court capital city.

**UM ENSAYO DE FORMACIÓN DOCENTE EM RIO DE JANEIRO:  
LA ESCUELA NORMAL LIBRE DEL MUNICIPIO  
DE LA CORTE (1874-1875)**

Resumen

El artículo es resultado de una investigación sobre formación docente en la ciudad de Río de Janeiro a finales del siglo 19. Su objetivo es el de presentar la Escuela Normal Libre del Municipio de la Corte, institución particular fundada por iniciativa de los profesores públicos de la ciudad de Río de Janeiro, en 1874, con subención del Estado Imperial. Se analizaron fuentes documentales encontradas en el Archivo Nacional y en el Archivo General de la Ciudad de Rio de Janeiro, sumadas a publicaciones que discutían cuestiones relativas a la formación y profesionalización del magisterio del Municipio de la Corte. A pesar de su existencia efímera (1874-75), fue posible considerar esa escuela como el marco inicial de un nuevo modelo de formación de profesores primarios en la capital del Imperio.

Palabras-clave: formación de profesores, escuela normal, municipio de la corte.

**UN ESSAI SUR LA FORMATION DES ENSEIGNANTS À RIO DE JANEIRO:  
L'ÉCOLE NORMALE LIBRE DE LA VILLE DE LA COUR  
MUNICIPIÓ DA CORTE (1874-1875)**

Résumé

L'article est le résultat d'une recherche sur la formation des enseignants dans la ville de Rio de Janeiro à la fin du 19e siècle. Il vise à présenter l'École Normale Libre de la Ville de la Cour, institution privée fondée à l'initiative des enseignants des écoles publiques de Rio de Janeiro en 1874, avec la subvention de l'État Impérial. Pour ce faire, on a procédé à l'analyse des sources documentaires trouvées dans les archives nationales et les archives générales de la ville de Rio de Janeiro, et à celle des publications qui ont discuté des questions de la formation et de la professionnalisation de l'enseignement de la Ville de la Cour. Malgré l'existence éphémère de cette école (1874-75), il a été possible de la considérer comme point de départ d'un nouveau modèle de formation des enseignants de l'éducation primaire dans la capitale de l'Empire.

Mots-clé: formation des enseignants, école normale libre, ville de la cour.

**E**ste trabalho sintetiza os resultados de uma pesquisa que focalizou a primeira tentativa de se criar na cidade do Rio de Janeiro um modelo escolarizado de formação docente: a Escola Normal do Município da Corte, instituída em 1874 e que não chegou a completar dois anos de existência.<sup>1</sup> Vale observar que esta não foi uma tentativa isolada, visto que a capital da província do Rio de Janeiro, Niterói, e a cidade de São Paulo, entre outras, já dispunham de instituições similares.

Para que possamos refletir sobre a importância da criação dessa escola faz-se necessário caracterizar, de forma sucinta, o contexto histórico-social do Brasil, levando-se em conta as mudanças que marcaram as últimas décadas do século 19.

Essas mudanças refletem o processo de modernização que se instalava no país e justificam os esforços demandados no sentido de se construir uma nação civilizada, condição que só seria alcançada se houvesse um investimento prioritário na instrução do povo: “A educação primária deverá ser a base larga sobre a qual repousará todo o edifício de nossa instrução nacional” proclamava Pires de Almeida em sua história sobre a Instrução Pública no Brasil<sup>2</sup> (Almeida, 1989, p. 166). Na ansiedade de perseguir a passos largos a concretização desse ideal, adquire centralidade a preocupação com a formação do magistério.

Podemos observar que, no decorrer do século 19, existiram avanços e retrocessos na discussão sobre a formação docente para atuar nas escolas primárias no Brasil. Conforme aponta o trabalho de Uekane (2004), “o Ato Adicional de 1834 determinava que as províncias devessem se encarregar de organizar o ensino primário e secundário e, ao governo imperial, caberia o controle à distância” (p. 1-2). Essa determinação gerou vários debates sobre a necessidade e a forma como se daria essa formação. Diante da dificuldade de consenso, ocorreram inúmeras tentativas de formar professores nas províncias, que, em geral, não lograram êxito.

O Império costuma ser tradicionalmente concebido pela historiografia da educação brasileira como um tempo sombrio do ponto de vista da educação do povo. Entretanto, podemos observar que desde o ano de 1835 já existia a preocupação com a formação

<sup>1</sup> Este texto é um dos resultados da pesquisa *Formação e profissionalização do magistério primário na cidade do Rio de Janeiro em fins do século 19*, vinculada ao projeto História da profissão docente no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos (Capes/FCT) e contou com a colaboração da bolsista de iniciação científica Fátima de Araújo Galvão.

<sup>2</sup> José Ricardo Pires de Almeida publicou o referido trabalho, *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*, no último ano do Império com objetivo de destacar as contribuições do governo imperial em relação à instrução da população brasileira. A obra foi reeditada pelo Inep em 1989 para comemorar o centenário da primeira edição.

docente na província do Rio de Janeiro, quando houve a criação da primeira Escola Normal, em Niterói, apesar de sua existência ser marcada por descontinuidades.

No entender de Villela (2005), que se dedicou a estudar a experiência da Escola Normal de Niterói, a primeira metade do século 19 não foi favorável à consolidação do projeto das escolas normais no Brasil. Os governos provinciais oscilavam entre um discurso que valorizava a formação docente e uma realidade que se limitava a formá-los de modo artesanal, ou seja, na prática. A partir dos anos 1860 essa situação se modifica, entrando em cena o modelo escolarizado denominado pela autora de profissional.<sup>3</sup>

Ocorreu também no ano de 1846 a criação de uma escola normal na província de São Paulo, destinada apenas ao sexo masculino. Dez anos depois (1856) essa escola foi fechada e só em 1874, pela lei n. 9, de 22 de março, ela surgiria novamente, agora já com a seção masculina e feminina e cursos de dois anos de duração. A masculina funcionava em regime de externato, em horário vespertino, enquanto a feminina localizava-se no Seminário da Glória, sob sistema de internato. Entretanto, por falta de verbas, os trabalhos desta escola foram encerrados, só reabrindo no ano de 1880 (Tanuri, 2000).

A descontinuidade e a precariedade dos serviços marcaram esses primeiros modelos de formação escolarizada. Dependendo sempre de verbas do Estado para funcionar, ficavam à mercê da instabilidade do governo e dos recursos disponíveis e, sempre que havia redução nas despesas públicas, as escolas eram as primeiras a sofrer paralisação.

Pelo texto de Faria Filho (2000), é possível compreender a trajetória e as mudanças no conceito do que seria a educação primária. No início do período imperial eram chamadas escolas de primeiras letras, as quais se limitavam a ensinar o ler, escrever, e contar. Mais tarde, passam a denominar-se escolas de instrução elementar, nas quais eram ministrados mais conteúdos, embora fossem apenas conhecimentos rudimentares de gramática, aritmética e religião. Apenas na década de 1860 surgiu a idéia da necessidade de uma instrução ou educação primária, cujo currículo se caracterizava por um aumento significativo de conhecimentos escolarizados, ou seja, de todos os conteúdos, hábitos e valores que a escola deveria transmitir.

### **A Escola Normal Livre do Município da Corte**

Segundo Lopes e Martinez (2007), a criação das escolas normais acarretou mudanças no campo profissional docente, passando a requerer professores formados e mais qualificados para atuarem nas escolas primárias, uma vez que a instrução destinada à população passa a exigir mais do que simplesmente ensinar a ler, escrever e contar.

<sup>3</sup> Ver Villela 1990, 2002, 2005.

Com base no trabalho de Nóvoa (1987), as autoras defendem a idéia de que o processo de construção do campo profissional do magistério envolveu o domínio de um corpo de saberes-fazer específicos e de um sistema de normas transmitidos em espaços responsáveis por uma formação longa e especializada: as escolas normais.

Assim, no ano de 1874, criou-se na Corte Imperial uma Escola Normal livre para ambos os sexos por iniciativa de professores públicos e com o apoio do Conselheiro Manoel Francisco Correia, que se tornou diretor do estabelecimento.<sup>4</sup> Apesar de se tratar de uma iniciativa particular, a referida escola contou com recursos oriundos do governo imperial para contornar as despesas, das quais a mais urgente era manter o aluguel do prédio.

Em ofício datado de 2 de março de 1874, o diretor Manoel Francisco Correia solicita ajuda ao dr. João Alfredo Corrêa de Silveira, ministro e secretário dos Negócios do Império, no sentido de alugar um edifício mais apropriado para a instalação da Escola, visto que o local onde esta se encontrava, o Conservatório de Música, não dispunha de condições para abrigar os 104 alunos que procuraram a escola em seu primeiro ano de funcionamento:

Dirigindo-me à V. Ex<sup>a</sup> não tenho necessidade de expor as vantagens de uma Escola Normal n'esta Capital nem a grande conveniência de não se demoarar a criação de tão útil estabelecimento. (...) A eficaz coadjuvação de V.Ex<sup>a</sup> nos é necessária para a prompta realização da idéa. Sem um edificio apropriado e sem um auxilio pecuniário, ainda que módico, difficil se não impossivel será a immediata fundação da Escola. (A. N. PASTA IE4 793)

Em 25 de março de 1874 foi inaugurada a Escola Normal do Município da Corte, com a presença de Sua Majestade, o imperador Dom Pedro II. O curso desta escola, de freqüência e matrícula gratuitas, compunha-se de três anos e comportava as seguintes matérias e respectivo corpo docente:

<sup>4</sup> A iniciativa para a criação desta escola partiu dos professores Antonio Estevam da Costa e Cunha, Augusto Candido Xavier Cony, Antonio Rodrigues Carneiro, João da Matta Araújo e Luiz Pedro Drago, além do diretor, o conselheiro Manuel Francisco Correia (*A instrução pública*, 15 de março de 1874).

## Quadro 1

## Disciplinas e professores.

Disciplinas	Professores	1º ano	2º ano	3º ano
Aritmética elementar	Antonio José Marques	X		
Matemáticas <sup>5</sup>	Luiz Pedro Drago		X	X
Gramática elementar	Antonio Rodrigues Carneiro	X		
Gramática analítica	Antonio Estevam da Costa e Cunha		X	
Desenho	Antonio José Marques	X	X	
Música	Antonio Severino da Costa	X	X	
Pedagogia	Augusto Candido Xavier Cony	X	X	
Geografia Geral e Corografia do Brasil	Luiz de Oliveira Bueno		X	
História aplicada à Pedagogia e História do Brasil	Dr. Theophilo Neves Leão			X
Filosofia	Manuel Pacheco da Silva Jr.			X
Noções de História Natural e Física	Antonio Joaquim de Azevedo			X
Noções de Higiene e Fisiologia	Dr. Antenor Ribeiro Guimarães			X
Medicina doméstica	Dr. Joaquim José Menezes Vieira			X
Direito público e constitucional	Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello			X

Fonte: *A instrução pública*, 15 de março de 1874.

Encontra-se no Arquivo Nacional o ofício que notificava a transferência da escola da antiga sede, no edifício do Conservatório de Música, para o número 104 da rua Largo de São Joaquim. Neste documento, Antonio Estevam da Costa e Cunha, secretário da escola, relata ao diretor as medidas que tomara para alcançar o objetivo:

Em cumprimento das ordens de V. Ex<sup>a</sup> tomamos o prédio nº 104 da rua Larga de São Joaquim, único que achamos, senão com todos os requisitos necessários para a Escola, ao menos nas melhores condições para servir ao desejado effeito. Fez-se hontem a mudança e, levando este facto ao conhecimento de V.Ex<sup>a</sup> cumpre-me observar também que o proprietário pedia pelo aluguel 3:600\$000 annuais no estado em que se acha a casa, mas como ella tem necessidade de alguns reparos (...) consegui d'elle um abatimento, ficando então o aluguel por 3:200\$000; e assim procedi no intuito de pedir a V.Ex<sup>a</sup> para que a differença de 800\$000 entre a quantia por que se alugou o prédio e a que foi concedida á Escola pela sollicitude e generosidade de S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro, seja applicada aos reparos e mais obras de que carece a casa. (Ofício n. 32 cd 25/6/1874. A. N. Pasta IE4 793)

Em outra correspondência, o Conselheiro Manoel Correia remete ao ministro a conta de gás consumido pela escola no tempo em que ainda funcionava no antigo endereço,

<sup>5</sup> A disciplina englobava Álgebra até equações do 2º grau e Geometria aplicada às artes.

rogando ao destinatário que se dignasse a autorizar o pagamento de 185\$499 pelo serviço. Constata-se a partir da leitura destes documentos que o projeto dispunha de pouca autonomia e sobrevivia graças aos recursos do Erário Público, ao mesmo tempo em que conferia legitimidade e destaque à gestão do conselheiro João Alfredo.

Nos discursos da época, a finalidade da instrução era vista sob dois aspectos: dos indivíduos e da sociedade, pois se

a imensa maioria dos homens é condenada ao trabalho pela necessidade é no trabalho que encontrará, com prazer, a mais fecunda fonte de virtude, [...] sendo o instrumento mais precioso, e até indispensável no trabalho, a instrução. (Almeida, 1989, p. 156)

Por essas palavras percebe-se a sensibilidade do autor, porta-voz dos políticos do Estado Imperial, em relação à nova realidade econômica e social do país, que se encontrava em processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Em sua opinião, a instrução não somente tornava-se importante para qualificar a mão de obra, mas especialmente para “aprimorar a dignidade moral do indivíduo”, pois um homem instruído teria condições de exercer profissões “onde nem a força, nem a habilidade física têm importância e que, em nossa sociedade, são mais cobiçadas” (Idem, p. 156).

Identifica-se aí a ideologia criada em torno do mito educacional, que alteraria a ordem da sociedade ao possibilitar o indivíduo, independentemente de sua origem, a conseguir “uma posição de que se faz digno pela sua energia, moralidade e inteligência” (Idem, p. 156).

O discurso do diretor, por ocasião da solenidade de inauguração da escola, exprime a importância conferida à instrução elementar e à formação do corpo docente, com vistas a promover o acesso do povo da capital do Império à esfera dos países civilizados:

Não toca a muitos a instrução secundária, e a poucos chega a superior. Não acontece assim com a instrução elementar. O professor primário é o preceptor do povo: nem uma classe está isenta de sua influência. Quando bem preparado, sua ação benéfica vai até onde não pode chegar a dos encarregados do ensino secundário e superior. Pode dizer-se que o professor primário é o médico desvelado que tem de curar as enfermidades da frágil inteligência da infância e robustecel-a por esmerada educação. [...] Realmente, ensinar a ser professor primário não é coisa fácil, nem de pouco valor. (*A instrução pública*, 29/3/1874)

Os subsídios oferecidos pelo governo, além de doações particulares,<sup>6</sup> encontram-se registrados no mesmo documento:

<sup>6</sup> O recurso citado refere-se ao donativo do barão de Nova Friburgo, cerca de 1:000\$000. *A instrução pública*, 29 de março de 1874.

Amparada pela mão poderosa de V. Majestade Imperial e sob o benefício impulso do governo e a eficaz codjuvação do illustrado Sr. Ministro do Império, a quem a escola normal já deve não pequenos favores, a instituição que começa não morrerá. A assembléia geral dos legisladores do Brazil não deixará de estender sobre ella suas vistas protectoras e cidadãos illustres não lhe recusarão também valiosos auxílios. [...] A causa das escolas normaes está julgada no Império. Ellas irão apparecendo sucessivamente e tornarão cada vez mais seguro o movimento salutar que se está esperando na marcha do ensino publico. [...] Senhor: Tive já occasião de dizer publicamente uma verdade, a de que V. Majestade é um dos mais sollicitos promotores da Instrucção do Império. (*A instrucção publica*, 29/3/1874)

Foi possível analisar a correspondência trocada entre o diretor da escola e as autoridades do Império, na qual o senador, reiteradas vezes, expressava suas preocupações em relação aos custos do aluguel do imóvel. Como exemplo, citamos o ofício do dia 20/11/74, quando foi notificado que a despesa passaria a ser paga diretamente ao seu proprietário, dr. Luiz Delfhino dos Santos ou ao seu procurador e não mais ao tesoureiro da Escola “sr. Augusto Candido Xavier” (A.N. pasta IE4 793).

O exame dessas fontes permitiu inferir que, apesar de a referida escola não exigir contribuição dos alunos, tratava-se de uma iniciativa de natureza particular, para quem o Estado repassava verbas pertencentes ao fundo da Instrução Pública. Tal episódio nos faz refletir sobre a fragilidade das fronteiras entre a esfera pública e a privada, prática recorrente na política educacional brasileira e que permanece ainda hoje.

O jornal *A instrucção pública*, de 5 de abril de 1874, informava que o número de matrículas na escola normal chegara a 59 alunos, sendo 26 moças e 33 rapazes. Desse total, 15 alunas e 24 alunos foram admitidos ao primeiro ano do curso, sendo aprovados nos exames de habilitação.

No dia 6 de abril do ano corrente iniciaram-se as aulas da escola, cujo horário que iniciava às 17 h e terminava às 21 h encontrava-se divulgado no mesmo jornal:

1º Ano: Segunda e quintas-feiras: Música, Pedagogia e Aritmética. Terças e Sextas-feiras: Desenho, Língua Nacional e História Sagrada. 2º Ano: Segundas e Quintas-Feiras: Música, Pedagogia e Noções de Física. Terças e Sextas-feiras: Desenho, Matemáticas e Geografia. Quartas-Feiras: Língua Nacional e Língua Francesa.<sup>7</sup> Enquanto não houvessem alunos matriculados no terceiro ano, os professores desta série fariam conferências sobre as disciplinas das respectivas cadeiras em sábados alternados. (*A instrucção publica*, 12/4/1874)

<sup>7</sup> Além do currículo normal, já citado, o diretor da escola tinha competência para criar cursos anexos de outras matérias, como é o caso do oferecimento aos alunos da disciplina *Língua Francesa*. Observa-se, ainda, a inclusão de *História Sagrada*, que não consta do primeiro horário divulgado. Arquivo Nacional. Pasta IE4 793.

Cerca de um mês depois, o total de alunos matriculados já se elevava a 96 e, em dezembro, a imprensa divulgou o balanço do primeiro ano de atividades da escola, publicando o mapa do movimento das aulas e o resultado dos exames dos alunos.

## Quadro 2

Número de aulas ministradas.

1º ano	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total
Português	7	8	8	8	7	8	7	53
Pedagogia	8	8	5	8	6	7	8	49
História Sa- grada	4	4	2	6	2	4	7	29
Aritmética	7	7	7	3	6	6	9	45
2º ano								
Português	3	4	3	7	6	5	9	37
Pedagogia	-	-	-	6	6	7	8	27
Geografia	7	8	7	4	4	6	5	41
Aritmética	3	8	6	8	1	6	8	40
Noções de Física	3	3	3	5	3	6	8	31
Matérias mistas								
Desenho	8	7	6	8	8	7	7	51
Música	8	7	7	8	8	7	8	53
Aulas extra- ordinárias								21
Francês (curso ane- xo)	5	7	6	7	8	5	7	45

Fonte: *A instrução pública*, ano III, n. 51, 20 de dezembro de 1874.

Além das aulas regulares foram oferecidas, naquele ano letivo, oito aulas extraordinárias de Língua Nacional, cinco de Desenho e oito de Música entre os meses de agosto e outubro. O curso de Pedagogia só teve início no mês de julho e as aulas de Desenho e Música (aulas mistas) eram oferecidas às turmas de 1º e 2º anos, pelo mesmo professor. Além disso, antecipou-se para o 2º ano o curso de Noções de Física, pois não havia alunos matriculados no terceiro ano.

## Quadro 3

Desempenho dos estudantes.

Nomes	L. N.	Ped.	Hist. Sagra-da	Arit.	Des.	Mús.	L.N.	Ped.	Geo.	Mat.	Physi-ca
Anna Jacintha Conceição Dias	D	D	D	D	D	D	D	D	D	P	P
Adelaide Augusta da Costa	D	D	P	D	P	D					
Marianna Angélica Fernandes	D	D	P	D	D	P	D	D	D	P	P
Cacilda da Costa Francioni	D	A	P	A	A	P					
Maria do Carmo Paula Menezes	P	D	P	A	P	P	P	P	P	A	A
Maria Luiza Souza Neves	A	P	A	P	P	P					
Ida Schuner	A	P		P	P	P	A	P	P	A	P
Luiza Emilia da Silva Aquino	A	P	P	A	P	P					
Balbina Luiza dos Santos	A	A	A	A	A	P					
Leopoldina Costa Fontella	A	A	A	A	A	A					
Maria Luiza da Silva Manuel	A	A	A	A	A	A					
Carolina Francioni	A	-	-	A							
Marianna Timotheo da Costa	-	-	-	-	-	D					
Ermelinda Rosa Rangel	-	-	-	-	-	A					
Maria Magdalena Matlio Carneiro	A										
João Alves da Visita-	D	P	P	D	P	P					

Nomes	L. N.	Ped.	Hist. Sagra-da	Arit.	Des.	Mús.	L.N.	Ped.	Geo.	Mat.	Physi-ca
ção											
João Baptista Soares Meirelles	P	D	P	P	P	–	P	–	P	P	D
Francisco Pinheiro Requião	P	A	P	P	P	P	A	A	P	A	A
Damásio Proença Gomes	P	P	A	P	P	A					
Francisco Alberto da Costa	P	A	P	P	P	A					
Mariano Jose d'Almeida	A	A	A	A	A	A					
Carlos Augusto Moreira da Silva	A										

Fonte: *A instrução publica*, ano III, n. 51, 20 de dezembro de 1874.

Legenda

Matérias do 1º ano (normal)

*Matérias mistas cursadas por alunos do 1º e 2º anos (itálico)*

**Matérias do 2º ano** (negrito)

O - simplesmente aprovado

P - plenamente aprovado

D - aprovado com distinção

Observa-se, por meio deste relatório, que uma pequena parcela dos alunos matriculados prestou exames finais na escola normal. Destes, que totalizavam 22, apenas cinco lograram aprovação em todas as matérias das duas primeiras séries.<sup>1</sup> Onze alunos obtiveram aprovação em todas as matérias do 1º ano e o restante apenas obteve sucesso em algumas poucas disciplinas. Percebe-se, ainda, que a maioria de aprovados pertence ao sexo feminino (15), cujas aprovações com distinção (D) superam o desempenho dos rapazes.

Depreende-se pelo exposto que, mesmo com um total razoável de alunos, 104 matrículas contabilizadas até o mês de agosto, o desempenho dos alunos deixa a desejar. Com a frequência livre e mesmo isentos de taxas de matrícula e mensalidades, parece que poucos puderam manter seus compromissos com a escola, o que se explica pelo fato de a grande maioria dos estudantes serem professores adjuntos das escolas primárias da Corte, dispondo de pouco tempo para o estudo e, especialmente, para as aulas práticas.

Em 1875 houve algumas alterações no currículo, como se pode verificar abaixo.

#### Quadro 4

##### Alterações curriculares.

Matérias	Professores	1º ano	2º ano	3º ano
Português	Antonio Candido Rodrigues Carneiro	X		
Português	Vicente Ferreira de Souza		X	X
Aritmética	Antonio José Marques	X		
Aritmética	Augusto Candido Xavier Cony		X	
Álgebra e Geometria	Francisco da Silva Cabrita			X
Desenho	João Raymundo Duarte	X	X	
Pedagogia	Manuel Olympio do Couto	X	X	X
Música	João Rodrigues Côrtes	X	X	
História Sagrada/ Religião	Mons. José Joaquim Pereira	X	X	
Francês	Bacharel Alfredo Augusto dos Reis	X	X	X
Física e Química	Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo		X	
Filosofia	João José do Monte Jr.			X
História	Dr. Theophilo das Neves Leão			X
História Natural	Dr. Joaquim José Menezes Vieira			X
Medicina e Higiene	Dr. Antenor Ribeiro Guimarães			X
Direito Público	Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello			X

Fonte: *A instrução pública*, ano 4, n. 3, 14 de março de 1875.

Pelo novo currículo percebe-se uma ênfase na disciplina Pedagogia, agora oferecida durante três anos, o que evidencia o caráter mais prático ou profissional que se desejava

<sup>1</sup> Observa-se o caso da estudante Ida Schuner, que não possui conceito em História Sagrada, matéria do 1º ano. O sobrenome da aluna sugere a possibilidade de que não fosse católica, sendo por isso dispensada de tal matéria.

imprimir ao curso; a inclusão de Francês em todas as séries, uma vez que se fazia necessário para o domínio da bibliografia disponível e História Sagrada, oferecida nos dois primeiros anos por um religioso contratado pelo governo imperial. Há um equilíbrio entre as matérias de teor humanístico e as científicas, com destaque para as ciências exatas, da natureza e a medicina voltada para a prevenção e higiene, servindo aos interesses do ideal civilizatório tão difundido na época.

Em 1875, segundo ano de funcionamento da Escola, houve um total de 77 matrículas, embora apenas 47 freqüentassem as aulas até o final e só 27 se apresentassem para exames (Moacyr, 1938, p. 301).

### **Termine esta a sua existência**

Utilizando-se desta expressão, em aviso do dia 5 de novembro de 1875, o diretor Manoel Francisco Correia escreve ao conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, comunicando a extinção da Escola Normal do Município da Corte. Destaco o seguinte trecho deste documento:

Estando V. Ex<sup>a</sup> autorizado pela Lei do Orçamento vigente para crear escolas normaes para ambos os sexos [...] resolveu a Congregação d'esta Escola, fundada por iniciativa particular, que, com os trabalhos do corrente anno termine esta a sua existência, visto não ter sido creada para competir com a Escola Normal do Estado, mas simplesmente para preencher, embora de modo imperfeito, a sensível lacuna que se notava na organização do ensino d'este populoso município (A. N. pasta IE4 793).

O documento chama a atenção por dois motivos. Em primeiro lugar, por se reportar à dotação orçamentária definida pela Lei da Despesa (lei n. 2.670), que seria sancionada em 20 de novembro de 1875, destinando a vultosa quantia de cento e nove contos de réis para a criação de escolas primárias do segundo grau e duas escolas normais secundárias (uma masculina e outra feminina) na capital do país. Logo, a mobilização dos professores e os esforços do senador não teriam mais sentido.

Outro aspecto diz respeito à descontinuidade administrativa, pois, como se percebe, houve a substituição do conselheiro João Alfredo pelo conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo no ano de 1875. Teria o novo ministro mais força política para conseguir recursos na rubrica da instrução pública? Seriam as relações do senador tão amistosas com a nova liderança como pareciam ser com o ministro João Alfredo? Estas são questões para as quais não se oferecem respostas nos limites deste trabalho, mas pode-se arriscar a suposição de que relações políticas e financeiras possam ter alimentado uma competição entre os dois projetos de formação docente e, conseqüentemente, a experiência do senador Correia tenha sido extinta.

Em outro trecho daquele mesmo aviso, o diretor pede que lhe seja dito onde deve entregar os móveis da escola. Preocupado com as chaves do imóvel escreve: “Sendo pago pelo thesouro o aluguel do prédio em que funciona esta Escola, rogo também a V. Ex.<sup>a</sup> se digne dizer-me se devo mandar entregar a chave ao proprietário logo que terminem os exames.” (Idem). Mesmo dando como extinta a escola, acentua-se, por parte do diretor e presumivelmente do corpo docente, a preocupação com os alunos no sentido de prestarem seus exames de final de ano.

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro encontramos a carta de uma aluna da Escola Normal, professora adjunta em escola primária feminina, endereçada ao inspetor geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Sob a alegação de que necessitava “alargar a esfera de seus conhecimentos e adquirir maior instrução”, matriculou-se em 1874 no 1º ano do curso de estudos da Escola Normal da Corte, cujas aulas funcionavam à noite. Quando se anunciou que os exames finais se efetuariam durante o dia, a referida aluna deixou de freqüentar, somente durante os dias dos exames, a escola em que estava em exercício, na Freguesia de Santa Rita.

No início do mês seguinte, ao receber seus vencimentos no Tesouro Nacional, percebeu que fora descontada em dez dias, isso na mesma ocasião em que se pagara o salário inteiro a diversos professores adjuntos que se encontravam nas mesmas circunstâncias. E citava o exemplo de professores da Escola Normal que eram dispensados de outras atividades para servir à Escola e nem por isso sofriam esse tipo de punição:

Cumprir observar a V. Ex.<sup>a</sup> que até a um dos professores que examinarão nessa ocasião, o mosenhor Pereira da Silva, mandou o Governo Imperial abonar o vencimento da Capela Imperial, durante o tempo que esteve ocupado n'aquelles exames, reconhecendo assim que o tempo empregado com exames, com ensino, e consequentemente com aprendizagem, deve ser considerado como de serviço.<sup>2</sup>

Confrontando este documento com o periódico *O ensino primário*, percebe-se que grande parte do alunado da Escola Normal era formada por professores adjuntos das escolas primárias. Desde a reforma Couto Ferraz (17/2/1854) os professores adjuntos efetivos tinham garantida a sua nomeação sem concurso<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Carta da aluna Leopoldina da Costa Fontella à Inspeção Geral de Ensino Primário e Secundário da Corte, em 8 de junho de 1875. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice 13-1-1, p. 2-3.

<sup>3</sup> O periódico *O ensino primário*, consagrado aos interesses do ensino e redigido por professores primários refere-se ao fato da obrigatoriedade imposta pelo artigo 19 do Regulamento que viria a ser sancionado em 18/1/1877 para que os professores adjuntos freqüentassem a Escola Normal, ao menos as disciplinas do 1º e 2º ano. Os adjuntos efetivos ou interinos que não satisfizessem o dispositivo legal ou fossem reprovados duas vezes nos exames corriam o risco de serem destituídos de suas funções. Entende-se, portanto, a grande demanda pela escola desde a sua criação. *O ensino primário*, anno I, n. 1, 31/5/1884, p. 20.

Porém, o modelo escolarizado que agora se impunha orientava-se por um novo paradigma de formação docente, baseado na difusão de novas idéias pedagógicas e metodológicas que, de certa forma, já vinham sendo aplicadas na Escola Normal de Niterói. Como já se afirmou, apesar de ter sido a pioneira no Brasil (1835), esta escola permaneceu alguns anos fechada, ressurgindo somente na década de 1860 e as idéias que ali circulavam, possivelmente, foram transplantadas para a Corte Imperial através de publicações pedagógicas, nas quais se destaca o jornal *A Instrução Pública* (Uekane, 2004).

No relatório de 5 de novembro de 1875, assinado por Manoel Olympio da Costa, encontra-se uma relação do mobiliário, destacando-se, dentre outras peças, 124 cadeiras austríacas, 3 cadeiras de jacarandá com braços, 10 bancos do tipo americano, com 2 metros de comprimento, 5 mesas com gavetas. Além dos móveis, há na listagem uma infinidade de materiais didáticos: tinteiros, penas, tábuas e cavaletes, globos para aulas de Geografia, murais para cartazes; além de objetos como lavatórios de ferro, copos, bacias, relógios de parede, sinetas, campainhas, etc.

Depreende-se, pelo material inventariado, a possível utilização de métodos de ensino mais modernos, a julgar pelo grande número de murais para cartazes, globos terrestres, cavaletes para as aulas de desenho. Há também evidências que apontam para novas formas de conduzir o trabalho pedagógico, representadas pelas sinetas, campainhas e relógios, o que supõe a adoção de uma forma racionalizada de administração do tempo escolar, bem como de valores ligados ao asseio, ordem e pontualidade.

No final do mês de dezembro parte desse material foi entregue pelo ministro do Império à Inspetoria da Instrução Pública e, em janeiro de 1876, o ex-diretor da escola, Manoel Francisco Correia, envia um ofício ao conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo finalizando a entrega dos móveis à Repartição da Instrução Pública e dando como “extinta a Escola Normal” (Ofício n. 28, de 26/1/1876. A. N. pasta IE4 793).

Pelo decreto n. 6.370, de 30 de novembro de 1876, que leva a assinatura do então ministro José Bento da Cunha Figueiredo, são criadas, na Corte, duas escolas normais primárias, uma para cada sexo. Entretanto, os recursos destinados à criação dessas escolas foi drasticamente reduzido para o exercício de 1876-77, adiando o projeto que só se efetivou após o decreto Leôncio de Carvalho, responsável pela reforma do ensino primário e secundário na Corte e o ensino superior em todo o país (decreto n. 7.247 de 19/4/1979). Esta legislação determinava que a formação dos professores primários deveria ser realizada em escolas normais criadas especialmente com esse objetivo (Uekane, 2004; Lopes, Martinez, 2007).

Assim, um novo decreto, datado de 6 de março de 1880, criava na Corte uma escola normal de caráter gratuito e misto, solenemente inaugurada no dia 5 de abril de 1880, nas dependências do Colégio Pedro II. Aproveitou-se, na instituição recém-criada, grande parte do corpo docente daquele tradicional estabelecimento de ensino que, em consequência das últimas reformas, encontrava-se sem exercício. Benjamin Constant Botelho Magalhães foi nomeado diretor interino e o dr. José Manoel Garcia seria efetivado na cadeira de Pedagogia.

Esta Escola funcionou de 1880 até o final do Império, em 1889, quando passou a denominar-se Escola Normal do Distrito Federal. Em 1932, já no prédio situado à Rua Mariz e Barros, na Praça da Bandeira, a Escola Normal seria transformada em Instituto de Educação, atualmente Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - Iserj.

### **Considerações finais**

Percebe-se, inicialmente, que as questões referentes à formação docente durante o século 19 apresentaram avanços e retrocessos. Porém, não deixou de haver preocupação por parte do governo e demais segmentos da sociedade quanto à necessidade de serem criadas escolas normais para oferecer um novo conceito de ensinar, onde a figura do antigo mestre-escola seria substituída pelo professor com uma formação mais especializada.

A nosso ver, a criação da Escola Normal do Município da Corte foi uma medida relevante, pois surgiu por iniciativa dos próprios professores, chamando a atenção do governo Imperial para a necessidade de se fundar na capital do país um modelo escolarizado de formação docente. Apesar da breve existência, pode ser considerada como marco inicial para a posterior criação de uma Escola Normal pública na cidade do Rio de Janeiro.

Ao nos debruçarmos sobre a organização e funcionamento da Escola Normal da Corte de 1880, considerada o primeiro modelo institucionalizado de formação docente na capital do Império, é possível argumentar que a referida instituição inspirou-se na experiência efêmera relatada neste texto. O exame do corpo docente da nova escola revela a incorporação de alguns professores citados neste trabalho ao seu quadro funcional. As semelhanças encontradas entre as matrizes curriculares, horários de aulas e conteúdos disciplinares também apontam nesse sentido. Assim, arriscamos a hipótese de considerar a Escola Normal Livre do Município da Corte (1874-75) como um ensaio para a adoção do modelo profissional de formação de professores na cidade do Rio de Janeiro.

## Referências

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. Brasília: Inep; São Paulo: PUCSP, 1989.
- ARQUIVO NACIONAL. Série Educação - Ensino Secundário - Pasta IE4 793.
- ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ) Códice 13-1-1.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século 19. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; GREIVE, Cintya. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.
- FERREIRA, Ana Alice. *A instrução do povo como missão: o ensino público primário na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1922*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2002. 432f. Tese (doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História.
- JORNAL *A Instrução Pública*. Código: PR SOR 3795 (2) - Ano III, n. 11, 15/03/1874; Ano III n. 13, 29/03/1874; Ano III, n. 15, 12/04/1874; Ano III, n. 51, 20/12/1874. Ano IV, n. 3, 14 de março de 1875.
- LOPES, Sonia; MARTINEZ, Silvia. A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século 19: a Escola Normal da Corte e a Escola Normal de Campos. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo: SBHE, n. 15, 2007, p. 53-77.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império: subsídios para a história da educação no Brasil (1854-89)*, v. 3, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- NÓVOA, Antonio. *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, v. 1, 1987.
- REVISTA *O Ensino Primário*. Código: PR SOR 03758 (1) Ano I, n. 1, 31/5/1884.
- TANURI, Leonor. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Autores Associados, n. 14, 2000, p. 61-88.
- UEKANE, Marina N. Saberes prescritos e a profissionalização dos professores: um estudo acerca da episteme da Escola Normal da Corte. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004. Anais... Curitiba: SBHE, 2004.
- VILLELA, Heloisa de Oliveira. Do artesanato à profissão: Representações sobre a institucionalização da formação docente no século 19. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. *Histórias e memórias da educação no Brasil*, v. II. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 104-115.
- VILLELA, Heloisa de Oliveira. *Da palmatória à lanterna mágica: a Escola Normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. São Paulo, USP, 2002. 291f. Tese (doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação.
- VILLELA, Heloisa de Oliveira. *A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. Niterói, UFF, 1990, Dissertação (mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense.

SONIA DE CASTRO LOPES é doutora em Educação Brasileira pela PUC-Rio, com estágio pós-doutoral em História da Educação pela Universidade de Lisboa. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora e coordenadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes/FE/UFRJ).

Endereço: Rua Professor Brandão Filho, n. 111/201 - 22450-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

E-mail: [sm.lopes@globo.com](mailto:sm.lopes@globo.com).

Recebido em 10 de setembro de 2011.

Aceito em 13 de abril de 2012.